

Arquivos ou museus

Qual o lugar dos acervos escolares?

*Jacy Machado Barletta**

Resumo:

O artigo traz uma discussão sobre a manutenção de objetos tridimensionais nos arquivos de instituições escolares, demonstrando que esses documentos originários dos fazeres cotidianos da escola devem ser considerados documentos de arquivo. Isso é justificado pela ligação direta deles com as atividades-fim da instituição escolar.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; ARQUIVÍSTICA; ESCOLA CAETANO DE CAMPOS; ARQUIVOS ESCOLARES; RECURSOS PEDAGÓGICOS; MATERIAIS ESCOLARES; MATERIAIS PEDAGÓGICOS.

* Historiógrafa do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), no Programa História da Educação e Historiografia. Especialista em Métodos e Organização de Arquivos pela Escola de Comunicação e Artes da USP.

Archives or museum

What place the school files?

*Jacy Machado Barletta**

Abstract:

The article brings a discussion about the maintenance of three dimensional objects in the files of school institutions, demonstrating that those original documents you do daily of the school, file documents should be considered. That is justified for their direct connection with the activities end of the school institution.

HISTORY OF THE EDUCATION; ARQUIVÍSTICA; SCHOOL CAETANO DE CAMPOS; SCHOOL FILES; PEDAGOGIC RESOURCES; SCHOOL MATERIALS; PEDAGOGIC MATERIALS.

* Historiógrafa do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), no Programa História da Educação e Historiografia. Especialista em Métodos e Organização de Arquivos pela Escola de Comunicação e Artes da USP.

O conhecimento especializado é um dos sintomas da modernização da sociedade ocidental contemporânea, havendo diversas leituras sobre esse fenômeno. Neste artigo defendemos a contramão desse movimento. Em vez de uma visão compartimentada, demonstraremos a necessidade e as vantagens de um trabalho holístico, no que diz respeito aos arquivos escolares. Esta abordagem é parte de minha dissertação de mestrado, na qual discuto alguns pressupostos da arquivologia e da museologia, para determinar os recursos pedagógicos e o lugar desses materiais no arquivo escolar.

Entre arquivos e museus

A arquivologia tem como razão de ser a existência da informação social materializada em suportes físicos.

Em 1984, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) definia a arquivologia como a disciplina que tem por objetivo os arquivos e os procedimentos técnicos aplicados aos documentos em suas fases corrente, intermediária e permanente. Seu objeto, os arquivos, é definido como o conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas e seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado no desempenho de suas atividades. Portanto, desde que uma instituição jurídica ou uma pessoa física acumule documentos voluntariamente, eles passam, naturalmente a constituir um arquivo.

Os princípios arquivísticos que formam a base de sua teoria arquivística tradicional e que a diferenciam de outras ciências documentárias e da informação são descritos por Bellotto (2002, p. 20) como:

- 1 – *princípio da proveniência* – que fixa a identidade do documento ante seu produtor; ele determina que o arquivo deve ser organizado segundo as atividades e competências de seu produtor. Arquivos originários de instituições distintas não podem ser mesclados entre si;

- 2 – *princípio da organicidade* – os arquivos devem refletir a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas;
- 3 – *princípio da unicidade* – apesar de sua diversidade quanto a forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único. Cada um deles estabeleceu uma relação de função com o contexto no qual foi produzido;
- 4 – *princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística* – um fundo arquivístico deve ser preservado integralmente, sem dispersão, mutilação, divisão. Não é concebível a alienação ou a destruição de documentos sem autorização de quem os produziu. Nem a adição indevida de documentos;
- 5 – *princípio da cumulatividade* – o arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica.

O CIA entende como documento o conjunto constituído por um suporte e pela informação que ele contém. A informação arquivística, segundo Lopes (1998, p. 49), tem as seguintes propriedades:

- a) sua natureza é orgânica, isto é, possui relação umbilical com o produtor;
- b) é original, logo, possui unicidade;
- c) tem sua capacidade de ser avaliada em termos de idade e de utilização;
- d) sua primeira particularidade é a natureza limitada de seus suportes – convencionais ou eletrônicos;
- e) sua segunda particularidade refere-se à noção de acumulação das informações produzidas ou recebidas por um indivíduo ou um organismo, desde que sejam informações capazes de ter significação;
- f) sua terceira particularidade refere-se às atividades geradoras, que podem ser administrativas, técnicas ou científicas;
- g) sua quarta particularidade refere-se ao fato de ser a primeira forma tomada por uma informação registrada, quando de sua formação.

As atividades de uma instituição indicam, de maneira confiável, o universo informacional dos documentos produzidos por ela. As atividades denominadas meio sustentam as estruturas, definindo a política da organização, e gerenciam os recursos financeiros, humanos, patrimoniais etc.; são todas as atividades que geram documentos e informações administrativas e burocráticas. As atividades-fim são as que definem o perfil da instituição; os documentos e informações produzidos nessas atividades vinculam as funções formais às funções práticas, sendo portanto a razão da existência da organização.

É nos documentos relativos às atividades-fim de uma organização escolar que encontraremos as fontes para estudo e pesquisa da cultura escolar, ou seja, das atividades que norteiam a transmissão do conhecimento, que, como sabemos, é variável segundo o tempo, o lugar, a comunidade, as idéias políticas em jogo etc. Fazendo parte de um universo não contemplado por normatização legal, esses documentos sobrevivem ao acaso, diferente dos administrativos, que, sob legislação, são preservados como comprovantes dessas ações.

Enquanto o arquivo trata documentos acumulados naturalmente, segundo as atividades e funções de uma instituição, o museu abrigará coleções criadas artificialmente, sendo elas produtos da cultura material humana ou da natureza.

O museu em sua trajetória histórica caracterizou-se por ser um espaço físico no qual objetos são expostos como suportes para estudos, para demonstrações e para disseminar o conhecimento. Apesar de ocorrer ao longo do tempo variações do conceito quanto à natureza de objeto museológico, o mesmo não acontece com a razão de sua existência, ou seja, as coleções. Segundo Ceravolo (1998) os objetos de museu são itens com forma e conteúdo investigados e “decifrados”, pois as informações não estão no próprio objeto. Por exemplo, um livro ou um manuscrito só têm sentido dentro de um contexto:

No museu, o objeto é decodificado a partir de referências que são extraídas tanto de sua materialidade presente (materiais empregados, técnicas de produção, dimensões, formato, cor etc.), como referências não presentes nesse suporte, como sua história e proveniência e seu contexto cultural/natural. Ou

seja, o objeto é entendido a partir de suas relações com outros objetos em um dado meio. No que tange à documentação de museus, tais referências tornam-se dados *do objeto, sobre o objeto e ao redor do objeto* a serem registrados [Ceravolo, 1998, p.48].

Portanto, o objeto museológico sofre alterações de valor e significado quando transferido de seu contexto primário para o museu, pois não é sempre que ele carrega consigo informações sobre seu uso e função. Sua materialidade não serve de referência exata. Ao objeto juntam-se cargas simbólicas que vão além de sua materialidade. Ele faz *a ponte entre o visível ilimitado e o visível da experiência pessoal* (Meneses, 1980, p. 48). No museu o objeto passará por uma determinada forma de “leitura” que tentará recuperar evidências de sua verdadeira funcionalidade ou simbolismo; essas “leituras” são questionamentos de terceiros, que irão determinar, de certa forma, se esse objeto é um documento ou não:

Ou seja, a atribuição de valor de documento ao objeto de museu é dada pelo contexto institucionalizado (o museu), que por si atribui valor de testemunho e prova àquele suporte, como também por sua análise e interpretação, essas a serem investigadas [idem, p.49].

Com um olhar mais didático e técnico Santos (2000), pesquisador da Biblioteca Nacional e do Instituto Mackenzie, diz que ao desconhecer seu destino e o do mundo, e preocupado em registrar sua trajetória, o homem passou a colecionar algumas coisas até para garantir sua sobrevivência. Essas ações irão ser legitimadas na criação dos museus, onde serão buscadas a reconstrução, preservação e difusão da memória. Assim o homem transmite às próximas gerações sua vivência, criando um sentido social, transformado em patrimônio cultural.

Portanto, o museu é uma instituição que trabalha com coleções, que nada mais são que agrupamentos ou reunião de objetos, feitas de maneira artificial, por aquisição (compra, doação, permuta etc.). Objetos retirados de seu contexto e uso primário, transformados em produtos de valor financeiro, alimentando determinado mercado. Diferente das instituições arquivísticas, uma das funções do museu é a exposição

de suas coleções ao público. E o ato ou intenção de colecionar dependerá de políticas de preservação, ou seja, a integridade física original do objeto deverá permanecer tão intacta e utilizável quanto possível. Uma política de preservação deverá propor alguns pontos, conforme Santos (2000, p. 25):

- Facilitar a preservação por meio de técnicas apropriadas;
- Permitir o acesso a todo tipo de acervo, levando em conta as técnicas de preservação;
- Disseminar informações, as mais completas possíveis, sobre a existência dos acervos;
- Promover a divulgação dos acervos por meio de produtos, assegurando uma ampla divulgação.

Assim, como podemos observar, enquanto o documento arquivístico é produzido ou acumulado naturalmente, como prova de atividades e funções de pessoa física ou jurídica, os documentos museológicos considerados uma espécie de recipiente de informações a serem desvendadas são colecionados artificialmente e a compreensão sobre esses objetos dependerá de pesquisa.

Os arquivos escolares

Desde a década de 1980 vem aumentando, no Brasil, o interesse de historiadores da educação em estudos sobre as práticas escolares, fazendo uso das categorias de apropriação e representação de Roger Chartier e das estratégias e táticas de Michel de Certeau. Em ambos os casos, é necessário fazer não só a ampliação do conceito de fontes, como também a disponibilização delas. A importância desses documentos, principalmente os encontrados nos arquivos de instituições escolares, vem sinalizada nas palavras de Vidal (2004, p. 11):

Tomados em sua materialidade, esses objetos permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e

das respostas; mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola. Assume destaque, por exemplo, a maneira como o espaço gráfico da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado; utilizando-se de formulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo; definindo uma hierarquia de saberes...

[...] Esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis, que impetram nessas mesmas práticas escolares. O concurso de outras fontes como fotografia, autobiografias, história oral e de vida, para citar algumas, pode, ainda aumentar a compreensão desses “fazeres com” e da constituição de corporiedades nos sujeitos da escola.

No início da década de 1990 houve uma reconfiguração da historiografia educacional, acompanhada de intensa reflexão conceitual e metodológica sobre pontos que sempre foram os mais frágeis dessa disciplina: a não problematização dos seus procedimentos e objetos. Os novos interesses do campo de pesquisa escolar estavam agora na organização e no funcionamento das escolas, na construção do conhecimento escolar, no currículo e nas disciplinas, agentes educacionais (professores, alunos), categorias de análise como gênero e temas sobre a profissão docente, formação de professores e práticas de leitura e escrita. Houve um deslocamento da pesquisa: da história das idéias para as práticas educacionais.

Essa nova maneira de ver e questionar as fontes enfatizando a materialidade do saber-fazer e do como fazer deu suporte sólido para uma história da cultura e dos saberes escolares, transformando a instituição escolar no produto histórico dos dispositivos legais (estratégias) e das práticas dos agentes que deles se apropriam (táticas), de acordo com as novas definições criadas por De Certeau (1982).

Segundo Anne-Marie Chartier (2000), há necessidade de se investir na pesquisa dos fazeres do cotidiano escolar para que o conhecimento

dessas experiências possa auxiliar no desempenho positivo dos futuros profissionais da educação:

Assim, os trabalhos científicos, os textos e as ferramentas profissionais, os debates de idéias em torno das apostas presentes ou das missões futuras da escola são dos gêneros discursivos que somente tomam sentido se relacionados a uma realidade escolar supostamente conhecida, designada sem cessar mas descrita, a não ser de maneira incidental ou indireta. O que é invocado, mas ausente, é o que se faz na escola, o que se faz hoje ou o que é sempre feito, enfim, a prática escolar (2000, p. 157).

Então quais são essas práticas e quais as fontes que informam sobre essas práticas no cotidiano escolar? De que se compõe um arquivo escolar? Ele reflete a *cultura escolar*?

Sobre essas questões Mogarro (2005, p. 105) tem respostas:

Os fundos arquivísticos [de uma escola] são constituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática “escrituração” da escola e revelam relações sociais que foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos.

A instituição escolar constitui o universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, sendo também a produtora dos traços/documentos dessa cultura. Esses documentos configuram, na sua diversidade e variedade, o *patrimônio educativo* de cada instituição – o espaço físico (edifício e zona envolvente) corporiza esse universo; os espólios arquivístico, museológico e bibliográfico integram os documentos, portadores de informações valiosas e que trazem, do passado até o presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição.

E mais adiante finaliza:

Constituída de um conjunto de teorias, idéias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar remete-nos também para

as formas de fazer e de pensar, [...]. Os traços característicos da cultura escolar (continuidade, persistência, institucionalização e relativa autonomia) permite-lhe gerar produtos que lhe dão configuração de uma cultura independente. Essa cultura constitui um substrato formado, ao longo do tempo, por camadas mais entrelaçadas que sobrepostas, que importa separar e analisar [idem].

No caso dos arquivos escolares, o estudo das práticas escolares só será possível se incluirmos os documentos arquivísticos nos mais variados suportes, não mais somente o papel, mas os brinquedos, os componentes de um laboratório, filmes, fotografias, equipamentos para fins diversos etc., enfim os materiais didáticos ou pedagógicos. Se levarmos em conta que as novas teorias arquivísticas consideram documento arquivístico aquele que se relaciona organicamente com a instituição, podemos inferir que esses materiais representantes das práticas escolares podem sim ser tratados dentro dos preceitos arquivísticos. Hoje, geralmente, esses documentos são encontrados em espaços físicos semelhantes a um “limbo”, e de lá muitas vezes o destino deles é o lixo.

Os materiais didáticos ou pedagógicos, encontrados nos arquivos escolares, são a prova do princípio que defende a colocação nos arquivos, determinados objetos. Embora colecionados ou adquiridos, eles refletem as práticas dos métodos pedagógicos, ou seja, as atividades-fim da instituição escolar, que vinculam as funções formais às suas práticas. Apesar de não serem considerados documentos arquivísticos, no seu significado mais purista, trazem em si informações inegáveis do funcionamento dessa instituição.

Há diversos exemplos de organizações que, por força de suas atividades-fim, têm em seu arquivo objetos tridimensionais. Visitando diversos arquivos judiciais, para fins de pesquisa, encontrei uma imensa massa documental “arquivística” de provas circunstanciais de crimes. Há uma gama de objetos, apresentados como prova criminal (desde armas até bicicletas, aparelhos eletrônicos, aparelhos domésticos etc.). Completando essa idéia, o Museu do Crime, na Academia de Polícia de São Paulo, nada mais é do que um arquivo de provas circunstanciais.

Outro exemplo encontra-se no próprio Arquivo Nacional. São os registros de patentes, que estão acompanhados do objeto em questão. Há exemplos mais próximos ao nosso meio como os documentos científicos produzidos nas universidades. Em abril de 2003, realizou-se uma exposição no Centro Universitário Maria Antonia, em que a artista plástica Leda Catunda expunha peças que faziam parte de sua tese de doutorado. Portanto, documentos tipologicamente diferenciados dos textuais ou iconográficos, encontrados comumente nos arquivos. Ainda, a produção científica na universidade conceberá uma gama variada de materiais científicos com os quais só agora os arquivistas começam a se preocupar, Odile Welfelé comenta:

Os materiais documentais da ciência não se encontram nos ministérios nem nos lugares sociais dos grandes organismos de pesquisa, eles estão nos laboratórios, lá onde a ciência se elabora, se transforma, trabalha. Frequentemente a palavra arquivo é mal aplicada para qualificar o que a atividade científica engendra. Esta palavra que nos é familiar é totalmente estrangeira neste universo. O que resulta da observação, da reflexão e da experimentação passa por diferentes formas e suportes antes de resultar em quaisquer linhas sobre o papel (o artigo). A atividade de pesquisa produz certamente, e este é o objetivo prioritário, os papéis, mas ela produz também outras coisas: culturas de células sobre plaquetas, coleções (de rochas, de insetos, de genótipos), máquinas, protótipos, bases dados, cartas, gráficos, animais, filmes e [...] papéis: relatórios de atividades, demandas financeiras, teses, correspondência sobre temas de pesquisa. [apud Brito, 1999, p. 104].

Anne Cooke, especialista australiana em arquivos escolares, em seu artigo “What do I do with the rowing out?” (1991) reflete sobre a interconexão de arquivos e museus escolares, defendendo a idéia de que os arquivos escolares recebam outros documentos além dos textuais. O próprio título já nos sugere o questionamento: “O que é que eu faço com os remos?” Sugestiva interrogação quando a arquivista se deparou com essas peças usadas pelos atletas da escola e, consultando a bibliografia, principalmente os manuais arquivísticos, percebeu que ninguém tratava desse assunto. Portanto, fica a critério do profissional dar o destino que bem quiser às peças.

Tanto na Austrália como no Brasil, a inexistência de uma política de preservação para os documentos escolares faz com que a avaliação documental fique sob a responsabilidade da própria escola, que, descartando seus documentos sem critérios técnicos ou científicos, está sujeita a equívocos por vezes irreversíveis. Cooke alerta para outras formas de destruição dos registros escolares: as mudanças na direção ou na propriedade da instituição, as reformas e construções dos prédios escolares e a grande demanda por espaços. Na tentativa de recuperar informações que foram perdidas, a escola acaba recebendo doações de documentos de tipos, gêneros e suportes diversificados como: programas de esportes, fotografias, jaquetas de times de futebol, medalhas e troféus. Segundo a autora esses itens não podem ser descartados só porque não são considerados pela ortodoxia documentos arquivísticos. Além do valor sentimental do doador, tais documentos podem trazer informações valiosas sobre a escola que foram perdidas justamente pelas razões apontadas.

Anne Cooke (1991) consegue visualizar uma boa convivência entre o arquivista e as peças consideradas de museu. Para ela, a política de arquivos e a política de museus só diferem pela terminologia específica. Elas têm muito em comum. Há uma série de razões para que o arquivista se disponha a montar o que chama de arquivo-museu. Ela considera principal a questão de diferenciar uma peça de museu de uma peça de arquivo, já que, por vezes, ocorre sobreposição de áreas. Se o documento é textual, é considerado de arquivo. Se não são textuais e têm uma relação intrínseca com a instituição, eles podem estar tanto em um museu quanto em um arquivo, sem causar problemas, como é o caso da placas comemorativas, troféus e flâmulas. Obviamente, a autora defende que o tratamento técnico seja diferenciado tanto no quesito acondicionamento quanto nos quesitos classificação e descrição. Segundo ela esse tipo de trabalho já é um fato comum na vida de um arquivista de escola, pois poucos administradores sabem distinguir um arquivo de um museu. Há muitas experiências, desse tipo, bem-sucedidas na Austrália.

Em minha experiência, de mais de quatro anos organizando e tentando preservar, em sua integridade, o acervo da Escola Caetano de Campos, antiga Escola Normal de São Paulo, encontrei, além dos docu-

mentos administrativos, vasto material pedagógico que sobreviveu ao descaso público: equipamentos pertencentes aos laboratórios de física, química e biologia; peças e quadros didáticos dos Museus de História Natural e Escolar; equipamentos para projeção de fotos, *slides* e filmes; brinquedoteca e o que se denomina como espólio institucional (mobiliário administrativo, objetos de decoração etc.). Em sua maioria, importados da Europa e América do Norte, no século XIX, para a aplicação do método intuitivo, além de outros para uso das novas diretrizes pedagógicas da década de 1930.

Tendo em vista essa experiência, considero que a utilização de materiais de apoio didático como fonte se faz necessária, assim como são necessários novos critérios de tratamento de arquivos e de conceitos de documento arquivístico. Um dos diferenciais significativos dos acervos escolares é a grande massa documental existente e a variedade de suportes da informação (filmes, brinquedos, discos, equipamentos, mobiliários, fotografias etc.). Dessa forma, novos tipos e gêneros documentais vêm se juntar aos arquivos, ampliando o conceito de documento para a pesquisa histórica e para a arquivística. Atualmente os teóricos definem documento como qualquer informação orgânica fixada em um suporte. Segundo Lopes (1996, p.71):

É orgânica a informação que pertence à pessoa ou organização que a acumulou. Enfatiza-se a originalidade, lembrando que os arquivos devem ser formados por informações que sejam específicas dos seus acumuladores. Subentende-se que as informações arquivísticas não são, somente, as textuais. Abrem-se novas possibilidades de considerar como documentos de arquivos registros em suportes os mais diversos, como, por exemplo: lâminas preparadas para microscopia, portadoras de informações orgânicas, no caso de fazerem parte de dossiês de pesquisa.

A (re)definição de arquivo, no sentido de informação registrada, que Lopes elabora nesse mesmo texto – acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico –

vem reforçar o uso dos mais diversos documentos arquivísticos como fonte de informação histórica, pois para ele a unidade de informação será o dado, em vez do fato, facilitando as opções de fontes documentais que poderão ser mais bem trabalhadas.

O acervo da Escola Caetano de Campos como prática

A Escola Caetano de Campos, antiga Escola Normal de São Paulo, nasceu de um projeto de lei apresentado na sessão da Assembléia Provincial em 29 de janeiro de 1843, e somente aprovado pela lei n. 310, que correspondia a lei n. 34, de 16 de março de 1846.

Instalada em edifício contíguo à Catedral da Sé, após oito meses (9 de novembro de 1846) apenas um professor ministrava todas as aulas e acumulava a função de diretor. Extinta em 1867 por emenda ao projeto orçamentário, em seus vinte anos de existência formou apenas 18 professores, sendo criticada pela sua inoperância. Reaberta em 1874, pela lei que tornara obrigatório o ensino escolar na Província de São Paulo (lei n. 9, de 22 de março de 1874), ganha uma seção destinada às mulheres, além de um enriquecimento de disciplinas. No ano de 1878 é novamente fechada.

Finalmente, a lei n. 130, de 25 de abril de 1880, dará existência definitiva à Escola Normal, por intermédio de um ex-aluno, Laurindo Abelardo de Brito, que se tornou o 43º presidente da Província. Nasceram também as primeiras idéias de construção de uma sede própria, mas naquele momento ela se instalará em parte do edifício da sede do Tesouro Provincial e depois em um sobrado na Rua da Boa Morte. A frequência feminina foi garantida e a grande inovação era a criação de duas escolas primárias anexas, uma para cada sexo, que serviam de curso prático aos futuros professores. Apesar de algumas alterações, introduzidas pela lei n. 81, de 6 de abril de 1887, pouco mudou a situação do curso normal até o fim do Império.

Logo após a proclamação da República, em janeiro de 1890, o doutor Antônio Caetano de Campos, médico consagrado, foi nomeado diretor da Escola Normal de São Paulo. Apesar de ter permanecido apenas

vinte meses no cargo, o dr. Caetano de Campos participou das reformas para qualificação e expansão do ensino público que, segundo Tanuri (1979, p. 84), teve Rangel Pestana como mentor intelectual do projeto. Tais mudanças foram iniciadas ainda na sede da Rua da Boa Morte, antes mesmo da construção do edifício da Praça da República.

A reestruturação da Escola Normal de São Paulo fez parte da crença dos republicanos paulistas de ver a Instrução como alicerce das instituições democráticas e instrumento de transformação social e reforma política (Tanuri, 1994, p. 42), colocando para o Estado a responsabilidade de desenvolver a instrução popular. Inicia-se, assim, a reestruturação da Escola Normal para transformá-la em escola modelo, como determinava o projeto de Rangel Pestana.

A nova escola que surgia trazia, além de inovações curriculares, a prática de ensino dentro de padrões aplicados na Europa e principalmente nos Estados Unidos. A escola modelo propunha um ensino primário de longa duração, integral e graduado, dividido em três graus de ensino. Implícita em sua denominação estava a idéia de que nela seria prudentemente testada a reforma que depois se estenderia a todo o ensino público primário. Nela foram introduzidas as propostas de processos intuitivos de ensino, inspiradas nas teorias de Pestalozzi.

Como diretor da Escola Normal, no Relatório de 1890, Caetano de Campos justificava a necessidade da reforma do ensino:

A educação do homem moderno exige uma notavel somma de conhecimentos, que resultam syntheticamente das noções encyclopedicas hauridas em diversos ramos do estudo.

Se torna-se impossivel aprender, e peor do que isso, ensinar ás creanças tudo quanto pôde ser necessario á vida, mesmo pondo de parte as especialidades profissionaes, é entretanto praticavel o dar á intelligencia um gráu de maturidade que prepare suficientemente o homem novo para entrar na vida social com seguros cabedaes para o êxito.

Para isso é necessario antes de tudo acostumar a creança a raciocinar por si, na medida de suas forças physiologicas, sobre todas as coisas que caem debaixo de seus olhos.

Mas para que tudo isso pudesse ser concretizado, era necessário, além de um espaço físico adequado um edifício amplo, iluminado que desse visibilidade e projeção aos novos rumos que a República dava à instrução, a introdução, em seu interior, de uma quantidade imensa de novos materiais escolares que concentravam em si os modernos usos pedagógicos, e de mestres já formados dentro desses princípios. Isso foi resolvido pela construção do prédio da Praça da República, inaugurado em 2 de agosto de 1894, pela contratação de professores formados nos Estados Unidos e pela importação de material didático, exigido pelo novo método.

Em 1976, a Escola Caetano de Campos teve sua vida transformada, com o perigo de destruição de seu prédio para dar lugar a uma estação do metrô. A atitude radical dos órgãos públicos propiciou uma larga campanha e um processo judicial para impedir sua destruição. Vencida essa etapa, o prédio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e a escola transferida e desmembrada para outros dois lugares, no bairro da Aclimação e na Praça Roosevelt. O que sobreviveu de seu acervo, com essa mudança, pode ser em um primeiro momento dividido em:

- 1 - espólio: coleção de objetos pertencentes ao dr. Caetano de Campos, ao professor Gomes Cardin, peças que faziam parte do funcionamento da escola na Praça da República, como: objetos de decoração (pinturas, crucifixo, mobiliário etc.), mobiliário administrativo (secretaria, diretoria, relógio de ponto), porta-bandeira, retratos de personalidades etc.;
- 2 - biblioteca: constituída de livros didáticos e paradidáticos de todas as áreas, literatura infantil e obras de referência, trabalhos de alunos, livros em braile, e manuais de uso didático, adquiridos desde o século XIX;
- 3 - hemeroteca: jornais editados pela própria escola, jornais editados por outras escolas nacionais, jornais de escolas estrangeiras, jornais da grande imprensa, coleção de recortes de jornais, destacando-se a coleção de pastas suspensas, tematizadas, com material que

vai desde recortes de jornais até material de uso didático, colecionados a partir de 1936 até a década de 1970;

- 4 - arquivo: conjunto de documentos produzidos e recebidos pela instituição no exercício de suas funções; dele fazem parte documentos da área contábil, livros de atas de diversas instâncias, livros de termos de compromisso e posse de funcionários e professores, livros de pontos, livros de matrículas, prontuários de alunos, documentos pessoais de alunos, registros de diplomas, planos de aula etc.;
- 5 - acervo iconográfico: fotografias avulsas e álbuns que mostram o universo institucional durante seus mais de cem anos;
- 6 - mobiliário de caráter pedagógico: mobiliário da sala de leitura, suportes de mapas, mesas cadeiras, vitrinas do Museu Pedagógico, armários expositores;
- 7 - materiais didáticos ou recursos pedagógicos:
 - quadros didáticos, mapas;
 - brinquedoteca;
 - discoteca;
 - iconográficos e/ou áudio visuais (fotografias, filmes, *slides*);
 - equipamentos (cinema, projetores, vitrolas, gramofones, estereoscópios, globos terrestres, microscópios etc.);
 - laboratórios: física, biologia, química.

A importância desse material – arquivístico, bibliográfico e museológico – revela-se de diferentes maneiras. Uma delas é que raramente encontramos reunida essa diversidade de materiais, de épocas distintas. Outra é seu significado para o estudo de uma história cultural da educação e, portanto, uma história cultural da sociedade – que parte de objetos, formas e códigos para encontrar os grupos sociais, que se utilizam deles.

Concordo com Cooke (1991) quando critica os manuais tradicionais e os arquivistas de modo geral que, além de não se disporem a solucionar esse problema, desprezam qualquer discussão sobre o assunto, preferindo manter no esquecimento seus armários de objetos, ou simplesmente enviá-los para museus.

Diante de todos esses argumentos, pode-se dizer que o recolhimento de objetos nos arquivos só vem trazer benefícios para a pesquisa. É na disponibilização de um acervo, em sua totalidade, que residirão informações mais completas e com menor risco de equívocos.

Encerrando este artigo trago a palavra de três pesquisadores, de épocas e linhas distintas, que respondem às inquietações por ele apontadas.

Mesmo que discorde do proposto por Felgueiras (2005), museu no lugar de arquivo, comungo com a idéia de união e não-desmembramento de documentos escolares, quando a autora finaliza um artigo, dizendo:

Tendo em conta que sobre as práticas escolares muito se desconhece e são mesmo escassas as fontes de informação sobre aspectos da vida na escola e, ainda, a necessidade de obter informações capazes de elucidar sobre objectos e material didáctico – que hoje nos parecem como estranhos –, consideramos o modelo de compreensão dos objectos arqueológicos adequado ao estudo da realidade escolar. E a razão parece simples: só o conjunto permite interpretar o todo e as partes que o compõem.

[...] A escola aparece como uma realidade bem definida, onde se entrelaça um conjunto de funções e relações de que os respectivos materiais, sejam objectos ou documentação (impressa, manuscrita, oral) são condição para perceber e explicar. Há neles interdependência e complementaridades várias. Nesta perspectiva, não é mais defensável o desmembramento de coleções, só porque são documentação. Esta é já uma visão que encontramos em alguns directores/as de arquivo. Mas defender esta perspectiva implica o enquadramento, no museu escolar, de um centro de documentação que contemple arquivo e biblioteca histórica [Felgueiras, 2005, p. 100]

As outras palavras vêm citadas no artigo de Nunes e Carvalho (1993, p. 33) e são de Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da

lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

E de Marc Boch:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhidas de hinos? Ele sabe bem que, sobre as crenças e as sensibilidade mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas têm pelo menos tanto para dizer quanto muitos escritos.

Os historiadores há muito reconheceram a importância de outras fontes, não textuais, para assegurar maior fundamento e profundidade a suas pesquisas, incluindo qualquer tipo de vestígio ou registro deixados pelo homem.

A arquivística, como disciplina auxiliar das ciências humanas, especialmente da história, tem acompanhado seus passos, embora em ritmo mais lento. Tal postura envolve riscos que podem comprometer futuras investigações, nos diversos campos do conhecimento, já que a avaliação e a organização de documentos inclui uma responsabilidade maior do arquivista.

Reconhecer que nem todos os objetos, mas determinados conjuntos de objetos, que por estarem ligados diretamente às funções primordiais de uma instituição, devem integrar os seus arquivos, trará para a arquivística propósitos de renovação calcados na sintonia com as principais reflexões e demandas do tempo presente.

Nesse sentido, a intenção desse artigo foi exatamente contribuir para uma discussão mais atenta sobre o lugar dos objetos nos arquivos, tão necessária aos profissionais que, isolados, não dispõem de base técnica e metodológica para encaminhar procedimentos apropriados e solucionar essa questão. Trancadas em armários, muitos deles trazem informa-

ções fundamentais para o conhecimento. Preservar documentos significa, antes de tudo, dar acesso ao seu conteúdo pleno.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, H. L. Prefácio In: *Inventário dos acervos das Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

_____. *Arquivística – objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BRAZIER, J. *Archives/objects/museums: Points of intersection*. Camberra: Australian Science Archives Project, 1995.

BRITO, V. M. *A preservação da memória científica da Fiocruz: a Visão de Quem Faz Ciência*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de terminologia Arquivística*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 1996.

CENTENÁRIO DE ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO 1846-1946. Poliantéia Comemorativa. São Paulo: Comissão Organizadora do Centenário/ Instituto de Educação “Caetano de Campos”, 1946.

CERAVOLO, Suely Moraes. Proposta de Sistema de Informação Documentária para Museus. Dissertação de Mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1998.

CHARTIER, A.-M. Fazer e ordenar a classe: uma aposta para a pesquisa e formação. *Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157, 2000.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129, 1998.

COOKE, A. What do I do with the rowing oar? The Role of Memorabilia in School Archives. *Archives and Manuscripts*, vol. 19, n. 1, maio, 1991.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DESVALLÉES, A. A museologia e os museus: mudanças de conceitos. *Cadernos Museológicos*. Rio de Janeiro, IBPC, n. 1 e n. 2, 1989.

LARA, S. H. História, memória e museu. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, n. 200, 1992.

LOPES, L. C. A informação e os arquivos. São Paulo: UFSCar; EDUFF, 1996.

_____. *A gestão da informação*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1997.

_____. *A imagem e a sombra da arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

MILLER JR, W. M. *Um cântico para Leibowitz*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Pró-posição* – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, v. 16, n. 1 (46), jan./abr. 2005.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da Educação e Fontes. *Cadernos ANPEd*. Porto Alegre, n.5, 1993.

NUNES, C. (coord.). Guia preliminar de fontes para história da educação brasileira. Brasília: INEP, 1992.

ROUSSEAU, J.-Y. et al. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, F. H. *Metodologia aplicada em Museus*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

SILVA, A. M. et al. *Teoria e prática da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SOUZA, R. F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

TANURI, L. M. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-89, maio-ago. 2000.

_____. O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890-1930. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2002.

VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. s.l.: s.ed., 2004 (Publicado em CD-ROM).

WELFELÉ, O. Quels matériaux pour l'historien d'après demain? Le devenir des archives scientifiques. *Les Cahiers de l'École Nationale du Patrimoine, Sciences et Archives Contemporaine*, Paris, n. 3, p. 103-126, 1999.

Endereço para correspondência

Jacy Machado Barletta

Rua Padre Antonio Tomas, 262, ap. 92

São Paulo - SP

CEP: 05003-010

jafeju@cedem.unesp.br

Recebido em: 1 set. 2005

Aprovado em: 10 dez. 2005